

PPGE-UFRJ 50 anos: sobre celebrações, perspectivas e desafios

Ana Pires do Prado¹ 

José Cláudio Sooma Silva¹ 

Rodrigo Rosistolato¹ 

Rosana Rodrigues Heringer¹ 

É com enorme prazer que finalizamos mais um ano de publicações da Revista Contemporânea de Educação (RCE). O volume 18, número 40, tem oito artigos de fluxo contínuo com reflexões diversas, como tem sido a marca de nossa Revista.

Este editorial, além de apresentar os artigos deste número, também celebra e comemora os 50 anos do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ao qual a Revista está vinculada.

A pós-graduação no Brasil é uma instituição de pouco mais de 50 anos, tendo sua expansão iniciada num momento da vida universitária brasileira marcado por um contexto de autoritarismo político e ausência de democracia. A alusão, aqui, é para a Ditadura Militar (1964–1985) que, tanto no âmbito dos cursos de graduação quanto na implementação da pós-graduação, promoveu um repertório de investidas voltado para interditar, intervir, reformar, aposentar, perseguir, prender e torturar aqueles docentes, discentes e demais integrantes da comunidade universitária que, porventura, não estivessem alinhados ao regime de exceção.

Em meio a este cotidiano institucional de afrontamento às liberdades e aos direitos, muitas mulheres e homens resistiram, lutaram e insistiram em sonhar com um mundo diferente. No caso dos programas de pós-graduação, num esforço de síntese – sempre incompleta e provisória –, pode-se afirmar com Dermeval Saviani (2008) que, embora tenham sido implementados sob as influências do “Milagre Econômico” e dos esforços de alinhar o país ao capitalismo de mercado, eles se caracterizaram também como “espaço(s) privilegiado(s) para o incremento da produção científica” (p. 310).

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil.

Em relação aos programas de pós-graduação em educação, não foi diferente. Alguns foram criados ainda nos anos 1960, mas a maior parte deles se desenvolveu a partir dos anos 1970, buscando atender a demanda por formação de quadros profissionais que pudessem atuar tanto no ensino superior quanto no desenvolvimento de pesquisas no campo da educação. Tais investimentos de pesquisa, ensino e produção científica contribuíram “de forma importante para o desenvolvimento de uma tendência crítica que, gerando estudos consistentes a contrapelo da orientação dominante, alimentou um movimento emergente de propostas pedagógicas contra-hegemônicas” (SAVIANI, 2008, p. 310).

Este é o contexto de emergência do PPGE-UFRJ. Criado em 1972, firmou-se rapidamente como espaço de reflexão teórica e de formação de professores e pesquisadores, atingindo logo um reconhecimento de seu lugar no cenário da produção acadêmica nacional em educação. Nos anos 1980, já nos ares de democratização, passou também a oferecer o curso de doutorado, ampliando sua influência em termos de formação de pesquisadores.

Nas décadas seguintes consolidou sua importância, crescendo em diferentes aspectos, seja nas avaliações regulares da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), seja em número de docentes, de discentes, de teses e dissertações defendidas e, também, na quantidade de candidatos ao programa, evidenciando o interesse cada vez maior pela formação acadêmica oferecida pelo programa.

Até outubro de 2022, o PPGE totalizou mais de 1.300 dissertações e mais de 430 teses defendidas ao longo dos seus 50 anos, em temas variados associados à educação brasileira. Importante mencionar que estes milhares de trabalhos, resultantes de pesquisas originais, tratam em grande medida de questões que procuram contribuir para a redução das desigualdades e melhoria da qualidade da educação brasileira. O PPGE, em 2022, reúne 49 docentes, 150 doutorandos e 135 mestrandos. Os docentes encontram-se distribuídos em seis linhas de pesquisa e têm marcado sua presença em produções acadêmicas importantes de âmbito nacional e internacional.

Num breve exercício de ficção e utopia, cerca de 40 professores do PPGE-UFRJ responderam ao convite para escrever brevemente sobre quais expectativas têm para o programa para os próximos 50 anos². Os pesquisadores, em

² A esse respeito, ver o recente *e-book* que foi lançado por ocasião das festividades dos 50 anos do PPGE, de Xavier et al. (2022).

sua maioria, projetaram a excelência da pesquisa, a qualidade de formação profissional e, ao mesmo tempo, uma profunda conexão do PPGE com os desafios de seu tempo, dialogando com diferentes setores da sociedade e profundamente comprometidos com a redução das desigualdades e com a promoção da educação de qualidade para todos.

Estes desejos refletem as preocupações dos docentes e pesquisadores que vivenciaram, nas primeiras décadas do século XXI, avanços significativos. Passamos por um período de expansão dos investimentos públicos em educação e em ciência e tecnologia, com aumento do número de pesquisas financiadas e apoio a estudantes por meio de bolsas para pesquisa. Igualmente experimentamos no PPGE uma maior diversificação dos discentes, através da ampliação da democratização do acesso à graduação e também da adoção de políticas de ação afirmativa na pós-graduação. As redes de intercâmbio e pesquisa internacionais, aliás, têm sido uma marca durante a última década do programa, com crescentes articulações em redes com diferentes centros de pesquisa.

No entanto, mais recentemente, experimentamos momentos delicados de dificuldades atravessadas pelas universidades públicas brasileiras, que atingiram também a pós-graduação, com cortes de recursos e restrição de investimentos em ciência e tecnologia. A esse quadro de retrocessos e instabilidades, impreterivelmente, devem ser acrescidas aquelas discursividades e práticas que foram (e permanecem sendo) acionadas particularmente a partir do recrudescimento de propostas alinhadas com a extrema direita que conquistaram espaço em diferentes países (Alemanha, Brasil, Chile, Espanha, Estados Unidos, para ficarmos em alguns exemplos). Nessa linha, tanto as distorções empreendidas pelos revisionistas quanto os esforços mobilizados pelos negacionistas com o anseio de colocar sob suspeita acontecimentos que ocorreram (holocausto, escravismo, aquecimento global, pandemia da Covid-19 etc.) concorreram por produzir interferências nas políticas de investimento na produção do conhecimento científico.

Frente às novas perspectivas que se desenham para os próximos anos, e partindo do exercício proposto aos docentes do PPGE, anteriormente comentado, de que maneira podemos continuar respondendo à pergunta: o que esperamos do futuro?

No momento em que celebramos os 50 anos do PPGE, nossas atenções se voltam para a necessidade de fortalecimento da universidade pública brasileira, tanto em

termos de recomposição orçamentária como do ponto de vista da valorização do seu papel na produção de conhecimento confiável e relevante para a sociedade brasileira.

Dentro desse marco, a pós-graduação ocupa um lugar de destaque, pois tem a responsabilidade de formar quadros destinados a atuar em uma variedade de espaços profissionais, inclusive na formação de novos profissionais qualificados. No caso do PPGE, mantém-se nossa responsabilidade na formação de professores e pesquisadores para atuação em diferentes campos educacionais.

A universidade pública, a UFRJ e o PPGE, em particular, seguem nesta trilha de responder às altas expectativas de formação profissional de qualidade e produção acadêmica relevante para contribuir com os grandes debates nacionais. Para isso, é importante que possamos avançar na diversificação de nossas formas de construir e difundir conhecimento, de nossas escolhas metodológicas e dos diferentes sujeitos envolvidos nestes processos.

Nossos desafios são significativos e valorosos. Vivemos um momento de progressiva digitalização da vida, de ampliação da comunicação mediada por tecnologias diversas, da profusão de informações de todo o tipo pelos espaços virtuais. Esse conjunto de temas do nosso tempo reverbera na formação de professores e nas novas gerações de estudantes, assim como coloca novas perguntas para a pesquisa educacional em todas as suas esferas. O PPGE é um repositório e um instigador de debates, teorias, conceitos, metodologias, argumentações. Em síntese: um espaço vivo de resguardo e de fomento da pesquisa acadêmica e da cultura educacional brasileira. É a partir deste lugar que seguiremos trabalhando juntos para fortalecer cada vez mais este papel singular que o PPGE tem na história da pesquisa e da formação profissional em educação no Brasil.

A RCE faz parte deste projeto e, com isso em mente, apresentamos os oito artigos do número que encerra as atividades deste ano. O primeiro artigo avalia a Base Nacional Comum Curricular de Arte (BNCC de Arte) e as possibilidades formativas para o licenciado em dança, de autoria de Cecília Silvano Batalha, da Fundação Municipal de Educação de Niterói. O artigo analisa o documento da BNCC de Arte e o considera limitador do ensino de dança na escola e defende a epistemologia da prática como proposta de formação do licenciado em dança. A autora argumenta que a epistemologia da prática é particularmente relevante para a formação do licenciado em dança e sua função de ensinar no currículo escolar.

O segundo artigo “A cidade pelos desenhos das crianças”, de Ariadne de Sousa Evangelista e Fátima Aparecida Dias Gomes Marin, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), apresenta a cidade a partir da vivência e dos desenhos das crianças. Utilizando o referencial teórico da sociologia da infância e a geografia da infância, as autoras analisam os desenhos de dez crianças de uma escola pública do município de Presidente Prudente. Os resultados demonstram que a cidade é vista como um local de passagem, com poucas representações de interatividade e de ludicidade. As autoras demonstram a importância de espaços da cidade que favoreçam os encontros e o brincar.

O artigo “Falando de sexualidade no ensino médio integrado”, de Paulo Sérgio David de Castro e Manuela Belo Lucena, ambos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, descreve as percepções de 155 discentes do Ensino Médio Integrado em relação à prática afetivo-sexual, às infecções sexualmente transmissíveis e ao uso dos métodos contraceptivos. Os resultados apontam que 43,87% deles já iniciaram a vida sexual, sendo 14,5 anos a média de idade da primeira relação. Os autores indicam a necessidade de inserção, no currículo integrado, do debate sobre a educação sexual.

Temos um conjunto de artigos que analisam os docentes de projetos sociais, de escolas do campo e de ensino superior. O primeiro deles, “A inclusão social por meio da música: a percepção de professores”, de autoria de Pamella Cristina Dias Xavier, Marluce Fabíola Coelho Cunha e José Antônio Vianna, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), analisa um projeto de educação musical situado em uma favela no município do Rio de Janeiro. A pesquisa trabalha com a percepção de professores sobre a formação escolar, profissional e cidadã dos alunos participantes do projeto. As entrevistas realizadas com os docentes demonstram que as vivências dos alunos nas atividades despertam o gosto pela música e a valorização das relações sociais. Além disso, a percepção das oportunidades sociais e profissionais decorrentes do desenvolvimento de habilidades e competências na música parece motivar a permanência dos alunos no projeto.

Já o artigo “Educação do campo: percepção de professores em formação e na ativa”, de Letícia dos Santos Sandim, Tiago Corrêa Saboia e Benedito de Brito Almeida, da Universidade Federal do Pará (UFPA), analisa a percepção de professores na ativa e em formação sobre os desafios e as particularidades da docência em escolas do campo. Com o foco nas metodologias e abordagens realizadas em sala de

aula pelos docentes, os autores ressaltam os desafios e particularidades do trabalho em escolas do campo.

O último artigo deste conjunto é de autoria de Anne Caroline do Nascimento Silva, Alan Francisco da Costa Lima Júnior e Rita di Cássia de Oliveira Angelo, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com o título “Impacto do ensino remoto emergencial na saúde mental dos docentes”. Os autores fazem uma revisão bibliográfica nas bases PubMed e Scientific Electronic Library Online (SciELO), entre 2020 e 2022, e analisam as dificuldades decorrentes do ensino remoto e o impacto na saúde mental dos docentes universitários no período da Covid-19. Os resultados demonstram mudanças na rotina laboral docente, intensificação de transtornos mentais comuns e apontam para uma epidemia silenciosa de adoecimento mental docente.

Fechando nosso número temos dois artigos: “Educação ambiental formal em unidades de conservação: possibilidades na prática”, de Paulo Bruno José Ferreira de Brito, da UFPE, e “Adorno, pseudoformação e universidade pública: o espaço acadêmico como formação e resistência”, de Daniel Vieira da Silva, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). O primeiro identifica atividades de educação ambiental formal na Escola de referência em Ensino Médio (EREM) Arquipélago Fernando de Noronha. O autor trabalha com o Projeto Político Pedagógico da escola e quatro experiências descritas em artigos científicos. A conclusão é que as unidades de conservação têm potencial para atuarem como espaços educadores. Já o artigo que fecha este número reflete sobre o conceito de pseudoformação em Theodor W. Adorno. O autor analisa a universidade pública como espaço de resistência, cultural e política, capaz de criticar a sua própria lógica estrutural de reprodução da pseudoformação.

Boa leitura e até 2023!

Referências

- SAVIANI, D. O legado educacional do regime militar. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622008000300002>
- XAVIER, L. N. et al. (Orgs.). *50 anos do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022.